

A LÓGICA METROPOLITANA DO MINHA CASA MINHA VIDA NA AMAZÔNIA: PADRONIZAÇÃO E MODOS DE VIDA RIBEIRINHOS

Tatiana da Silva Prado¹ Sandra Maria Fonseca da Costa²

¹Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, dopradotati@gmail, Sandra@univap.br

Este artigo tem como **objetivo** analisar a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na região amazônica, com foco na cidade de Belém e no arquipélago do Marajó, a partir de uma leitura crítica da revisão bibliográfica sobre a lógica metropolitana de produção do espaço urbano. Nesse sentido, o estudo buscou compreender de que forma a adoção de modelos padronizados de urbanização em territórios amazônicos impacta os modos de vida locais, em especial o ribeirinho.

Criado em 2009, o PMCMV consolidou-se como a principal política pública habitacional do Brasil, ampliando o acesso à moradia para famílias de baixa renda. No entanto, sua execução revela contradições quando aplicada a contextos territoriais diversos, como o amazônico. Autores como Balbim, Krause e Lima Neto (2015) apontam problemas na adequação do programa aos contextos locais, especialmente quanto à localização dos empreendimentos, frequentemente implantados em áreas periféricas e com pouca infraestrutura, reforçando a segregação socioespacial.

Outra preocupação reside na lógica do programa, na qual o capital imobiliário, articulado ao financiamento estatal, promove um modelo padronizado de urbanização. Esse modelo resulta na construção de grandes conjuntos habitacionais em áreas periféricas, caracterizados por uma tipologia única que desconsidera as diversidades regionais (CARDOSO; ARAGÃO, 2013). Esses modelos, estruturados originalmente para a região Sudeste, são transferidos para outras regiões, gerando inadequações aos contextos locais.

Do ponto de vista **metodológico**, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental do PMCMV em contextos amazônicos. O referencial teórico fundamenta-se em Cardoso e Aragão (2013), Corrêa (2016), Costa (2020), Santos et al. (2020), Lencioni (2017), Sakatauskas e Santana (2016) e Balbim (2024).

Para Milton Santos (1997), o espaço é produzido por relações sociais desiguais. Segundo o autor, “o espaço banalizado pelo planejamento não reconhece a totalidade das práticas sociais” (SANTOS, 1997, p. 34). Assim, as políticas habitacionais precisam considerar as práticas sociais e territoriais locais.

Para Costa (2020), o modo de vida ribeirinho é ignorado pelos programas habitacionais, sendo que “a permanência do modo ribeirinho se expressa nas adaptações que o usuário realiza no ambiente construído” (COSTA, 2020, p. 480).

Da mesma forma, Sandra Lencioni (2017) afirma que a metropolização implica centralização e subordinação territorial. Segundo a autora, “o processo de

metropolização projeta centralidades sobre espaços que não compartilham das mesmas lógicas institucionais e econômicas” (LENCIONI, 2017, p. 121), e a ausência de reconhecimento das escalas regionais compromete a sustentabilidade (LENCIONI, 2017, p. 139).

As **discussões** evidenciam que o PMCMV opera por meio de uma lógica padronizada e em larga escala, alinhada ao capital imobiliário. Cardoso e Aragão (2013) apontam que o programa reproduz padrões de segregação socioespacial, enquanto Balbim (2024, p. 88) afirma que “a habitação popular é tratada como um mercado, e não como um direito”.

No contexto amazônico, essas contradições se intensificam. Corrêa (2016) destaca que as cidades amazônicas apresentam uma morfologia marcada pela relação entre urbano e rural e pela centralidade dos rios. Segundo o autor, “a cidade amazônica é simultaneamente urbana e rural” (CORRÊA, 2016, p. 134). No entanto, o PMCMV desconsidera essas especificidades.

Nesse contexto, destaca-se que “a dinâmica econômica, social e cultural das pequenas cidades amazônicas é pouco conhecida pelo governo federal” (SAKATAUSKAS; SANTANA, 2016, p. 152).

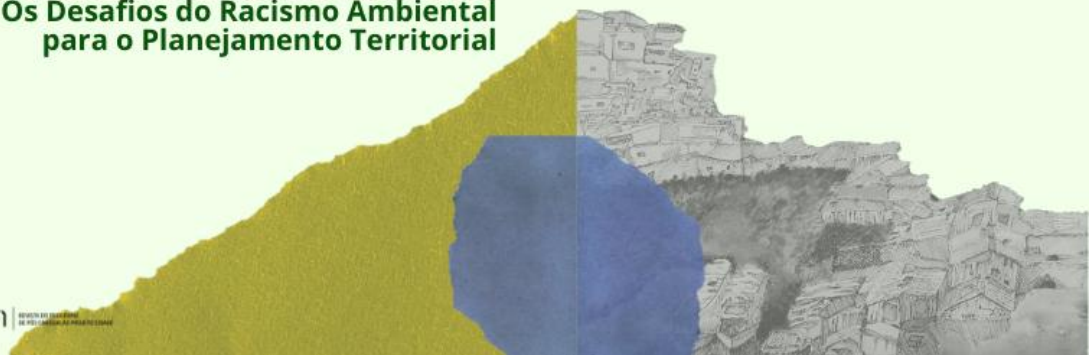
Os **resultados** indicam que a inadequação dos projetos compromete a efetividade do programa. As unidades habitacionais não atendem às necessidades culturais das populações ribeirinhas, levando à realização de adaptações ou ao abandono dos imóveis. Elementos como redes, varais e quintais são ignorados, dificultando a apropriação do espaço.

Além disso, a ausência de infraestrutura e integração urbana agrava as condições de vida, especialmente no arquipélago do Marajó. Estudos como o de Lima et al. (2017) mostram que “a implantação de conjuntos habitacionais sem articulação com os serviços públicos [...] intensifica os efeitos da exclusão” (LIMA et al., 2017, p. 1079).

Montenegro (2011), ao investigar a produção de conjuntos habitacionais na Região Metropolitana de Belém, observou que os empreendimentos do PMCMV se localizam, em sua maioria, em áreas distantes dos centros urbanos, reforçando a lógica da segregação socioespacial. Segundo a autora, a infraestrutura é inadequada e o acesso aos serviços, como transporte, é limitado, dificultando a inserção no mercado de trabalho formal. A autora (2011) também aponta que esse padrão contribui para a invisibilização das práticas territoriais amazônicas, reforçando a desconexão entre o modelo habitacional e a realidade local.

Como **considerações finais**, conclui-se que a política habitacional brasileira apresenta limitações quando aplicada ao contexto amazônico. A efetividade do PMCMV depende da incorporação das especificidades culturais, ambientais e territoriais locais. A valorização dos modos de vida ribeirinhos, a adaptação das soluções construtivas e a participação das comunidades são fundamentais para garantir o direito à moradia digna e à cidade.

Referências



BALBIM, Renato. Políticas habitacionais no Brasil: a produção da informalidade. Brasília: IPEA, 2024.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. Morfologia urbana das cidades amazônicas. 2016.
COSTA, Ana. Sustentabilidade na habitação social: o desafio amazônico. Revista Territórios, 2020.

GUIMARÃES, D. C.; PERDIGÃO, A. K. A. V. O modo de vida ribeirinho como atributo espacial para a prática projetual de habitação amazônica. Scientific Journal ANAP, v. 1, n. 8, p. 479–484, 2023.

LENCIONI, Sandra. Metrôpole, metropolização e regionalização. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LIMA, Valéria Monteiro; COSTA, Suely Mara Figueiredo; RIBEIRO, Heloisa. Uma contribuição da metodologia PEIR para o estudo de uma pequena cidade na Amazônia: Ponta de Pedras, Pará. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 1071–1086, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902017170578>.

MONTENEGRO, Maria Lúcia. Produção do espaço urbano na Região Metropolitana de Belém. 2011.

SAKATAUSKAS, Andressa; SANTANA, Paula. Pequenas cidades amazônicas e planejamento urbano. 2016.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1997.